

**INSTITUTO PARA O DESENVOLVIMENTO
DO INVESTIMENTO SOCIAL - IDIS**

Relatório dos auditores independentes

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013**

INSTITUTO PARA O DESENVOLVIMENTO DO INVESTIMENTO SOCIAL - IDIS

**Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Balancos patrimoniais

Demonstrações dos resultados

Demonstrações dos resultados abrangentes

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores do
Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social - IDIS
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social - IDIS ("Instituto"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração do Instituto é responsável pela elaboração e adequada apresentação destas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000) e entidades sem fins lucrativos (ITG 2002), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis do Instituto para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Instituto. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.



Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações contábeis

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social - IDIS em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000) e entidades sem fins lucrativos (ITG 2002).

São Paulo, 27 de fevereiro de 2015.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1


Mauro de Almeida Ambrósio
Contador CRC 1 SP 199692/O-5


Marcio Feitosa Dantas
Contador CRC 1 SP 289466/O-3

INSTITUTO PARA O DESENVOLVIMENTO DO INVESTIMENTO SOCIAL - IDIS**Demonstrações dos resultados****Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013****(Em Reais)**

	Nota explicativa	2014	2013
Receita operacional			
Doações e patrocínios	12	2.204.252	2.128.112
Serviços prestados	13	1.631.550	1.032.085
Receitas de vendas		1.366	645
Outras receitas		27.481	28.050
(=) Receita operacional líquida		3.864.649	3.188.892
Receitas (despesas) operacionais			
Administrativas		(648.407)	(856.134)
Pessoal	14	(807.682)	(681.817)
Serviços prestados por pessoas jurídicas	15	(1.506.262)	(1.423.698)
Aluguel		(117.898)	(139.155)
Depreciação		(15.431)	(22.514)
Despesas tributárias		(17.212)	(17.355)
Resultado financeiro		98.010	70.280
(=) Total de despesas operacionais		(3.014.882)	(3.070.393)
(=) Superávit do exercício		849.767	118.499

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

INSTITUTO PARA O DESENVOLVIMENTO DO INVESTIMENTO SOCIAL - IDIS

Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em Reais)

	2014	2013
Superávit do exercício	849.767	118.499
Total do resultado abrangente do exercício	<u>849.767</u>	<u>118.499</u>
Total do resultado abrangente atribuível a: Participações da Entidade	<u>849.767</u>	<u>118.499</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

INSTITUTO PARA O DESENVOLVIMENTO DO INVESTIMENTO SOCIAL - IDIS

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em Reais)

	Patrimônio Social
Saldos em 31 de dezembro de 2012	649.216
Superávit do exercício	118.499
Saldos em 31 de dezembro de 2013	767.715
Superávit do exercício	849.767
Saldos em 31 de dezembro de 2014	1.617.482

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

INSTITUTO PARA O DESENVOLVIMENTO DO INVESTIMENTO SOCIAL - IDIS

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 (Em Reais)

	2014	2012
Superávit do exercício	849.767	118.499
Ajustes para reconciliar o resultado ao caixa gerado pelas atividades operacionais		
Depreciação e amortização	15.431	22.514
	<u>15.431</u>	<u>141.013</u>
Decréscimo/Acréscimo nos ativos e passivos operacionais		
Contas a receber	(4.304)	30.888
Outras contas a receber	(110.983)	(9.967)
Fornecedores	138.094	-
Obrigações trabalhistas	(47.573)	31.125
Obrigações tributárias	(1.419)	3.707
(=) Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	<u>839.013</u>	<u>196.766</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições do ativo imobilizado e intangíveis	(7.700)	(11.074)
(=) Caixa líquido das atividades de investimentos	<u>(7.700)</u>	<u>(11.074)</u>
(=) Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>831.313</u>	<u>185.692</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	820.883	635.191
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	1.652.196	820.883
(=) Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>831.313</u>	<u>185.692</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

1. Contexto operacional

Fundado em 1999 por empreendedores sociais brasileiros com apoio da Fundação W.K. Kellogg, o Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social - IDIS foi criado com objetivo de contribuir para a redução das desigualdades sociais no País, promovendo, por meio do investimento social privado, o engajamento das empresas, famílias, indivíduos e comunidades em ações estratégicas transformadoras da realidade.

Os principais serviços do Instituto são voltados para o desenvolvimento de metodologias participativas, interativas, inovadoras e estratégicas. Para tanto desenvolve parcerias internacional e nacional, além de desenvolvimento institucional contínuo, e atua exercendo liderança e influência sobre temas que atendem à sua missão, como: investimento social corporativo (responsabilidade social empresarial, marketing relacionado a causas e “grantmaking”), investimentos social na comunidade (organizações de filantropia comunitária e empresa na comunidade), investimento social familiar (programa de sensibilização e apoio técnico) e gestão do conhecimento (produção de conhecimento, treinamento e capacitações e disseminação).

O Instituto é entidade qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) pelo Ministério da Justiça, conforme Processo nº 08.026.000.254/2003-01, publicado no Diário Oficial da União de 15 de outubro de 2003, por se enquadrar nos requisitos previstos na Lei nº 9.790/99, regulamentada pelo Decreto nº 3.100/99.

Considerada como entidade jurídica sem fins lucrativos, o Instituto é isento de contribuições e impostos federais, estaduais e municipais, de acordo com as disposições da Constituição Federal. Sua responsabilidade está sobre a obrigatoriedade de retenção de tributos federais, estaduais e municipais sobre serviços tomados de terceiros de acordo com a legislação vigente.

2. Base de preparação e apresentação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na ITG 2002 - Entidades sem finalidades de lucros, aprovada pela Resolução CFC nº 1.409 de 21 de setembro de 2012, pelo Comunicado Técnico CTG 2000, aprovado pela Resolução CFC nº 1.159 de 13 de fevereiro de 2009, e também pela NBC TG 1000 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, para os aspectos não abordados pela ITG 2002 - Entidade sem finalidade de lucros.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em Reais)

b. Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Instituto. Todas as informações financeiras divulgadas nas demonstrações contábeis são apresentadas em Reais, exceto quando indicado de outra forma.

c. Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das demonstrações contábeis, é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis do ativo imobilizado e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.

3. Resumo das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis aplicadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

a. Ativos circulantes e não circulantes

Caixa e equivalentes de caixa

Estão representados por recursos em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, avaliadas ao custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço patrimonial, com base no regime de competência.

Contas a receber

São registradas e mantidas no balanço pelo seu valor nominal, ajustado ao valor líquido de realização por meio do reconhecimento das perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa (PECLD), quando necessário.

Demais ativos circulante e não circulantes

Os ativos circulantes são registrados pelos seus valores de aquisição e, quando aplicável, são reduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização

Imobilizado

Os ativos imobilizados estão demonstrados pelos valores de custo histórico de aquisição dos bens, deduzidos de depreciação acumulada e ajuste para redução ao valor recuperável (impairment), quando necessário.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em Reais)

As depreciações são calculadas pelo método linear sobre o custo de aquisição, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

b. Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos financeiros e variações monetárias incorridos até a data do balanço patrimonial.

c. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que o Instituto se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros e incluem caixa, equivalentes de caixa e contas a receber.

Os instrumentos financeiros que não sejam reconhecidos pelo valor justo por meio de resultado são acrescidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

d. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes, provisões e obrigações legais, são as seguintes:

- Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxito provável são apenas divulgados em nota explicativa;
- Passivos contingentes são provisionados na medida em que o Instituto espera desembolsar fluxos de caixa. Processos tributários e cíveis são provisionados quando as perdas são avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos são mensurados com suficiente segurança. Quando a expectativa de perda destes processos é avaliada como possível, uma descrição dos processos e montantes envolvidos é divulgada em nota explicativa. Processos trabalhistas, cujas perdas são avaliadas como prováveis, são provisionados com base no percentual histórico de desembolsos. Passivos contingentes avaliados como perdas remotas, não são provisionados ou divulgados.

e. Apuração do superávit/(déficit) do exercício e reconhecimento de receitas de doações

O superávit/déficit do exercício é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, conforme Nota Explicativa nº 06.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em Reais)

As receitas de doações e patrocínios são originadas de doações e patrocínios de pessoas jurídicas, em datas e valores variáveis, sendo registradas contabilmente de acordo com o prazo estimado de finalização dos projetos.

4. Caixa e bancos

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o total de caixa e equivalentes de caixa, sem restrições, era composto da seguinte forma:

	2014	2013
Caixa	361	60
Cheques e ordens	806	806
Bancos contas movimento	330	470
	<u>1.497</u>	<u>1.336</u>

5. Aplicações financeiras

Em 31 de dezembro de 2013 e 2014, o total de aplicações financeiras, sem restrições, era composto da seguinte forma:

		2014	2013
Itaú - 70233 compr DI	00376-0	364.938	529.065
Itaú - CDB Automatic	00392-1	95.198	12.975
Itaú - 98100-3 Automatic	00402-2	382.670	35.133
Compromissada c/c 8560	00404-9	471.377	10.222
Itaú Automática 85	00406-5	5.956	49.879
Automática c/c	70233-4	1.715	2.271
Compromissada DI 9	00409-0	799	5.576
Compromissada c/c 6120	00410-3	327.606	171.759
Automática c/c 612	00411-1	440	2.667
		<u>1.650.699</u>	<u>819.547</u>

As aplicações referem-se, substancialmente, a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa em bancos de primeira linha.

6. Imobilizado

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o total de imobilizado, sem restrição, era composto da seguinte forma:

	Taxa de Depreciação anual (%)	2014			2013
		Custo	Depreciação	Líquido	Líquido
Móveis e utensílios	10	27.713	(22.536)	5.177	7.929
Máquinas e equipamentos	10	7.818	(5.504)	2.314	3.097
Instalações	10	28.698	(21.825)	6.873	9.742
Equip. Proc. Dados	20	60.863	(34.511)	26.352	26.905
Máquinas para escritório	10	958	(858)	100	142
Total		<u>126.050</u>	<u>(85.234)</u>	<u>40.816</u>	<u>47.815</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em Reais)

7. Projetos

Entre os projetos desenvolvidos pela IDIS destacam-se:

- Financiador: Bernard van Leer Foundation;
- Nome: Projeto Primeira Infância Ribeirinha.

Tem como objetivo o desenvolvimento de crianças na primeira infância no estado do Amazonas através da:

- (1) Implantação, monitoramento e avaliação de um projeto piloto em áreas de proteção estadual no Amazonas, em parceria com a Fundação Amazonas Sustentável (FAS);
- (2) Mobilização de recursos, pessoas instituições no estado do Amazonas para alavancar a iniciativa e gerar uma política pública;
- (3) Disseminação das lições aprendidas durante o processo para outros estados do Brasil, especialmente para estados da região norte com condições similares.

Os recursos para aplicação desse projeto cujo total é de EURO 1,103,297 estão compostos assim:

2012	EURO 263,301
2013	EURO 283,338
2014	EURO 333,432
2015	EURO 223,226

O projeto tem quatro principais componentes:

- (1) **Análise de programas de atendimento à Primeira Infância:** análise de iniciativas em desenvolvimento infantil (DI) existentes no Brasil, identificando seus pontos passíveis de replicação;
- (2) **Desenho, implantação, avaliação e sistematização do projeto piloto (detalhamento abaixo):** desenvolvimento e implantação de sistema de visita domiciliar para o desenvolvimento infantil da população de 0 a 3 anos em áreas de preservação na floresta Amazônica em parceria com a FAZ;
- (3) **Mobilização de recursos, pessoas e instituições no estado do Amazonas para gerar política pública e sua implantação:** o processo de expansão de um projeto piloto à escala estadual necessita um esforço sistemático de mobilização e apoio para o estabelecimento de uma política pública e sua implantação. O projeto prevê seminários e ações de disseminação de informações que envolvam o Governo do Estado do Amazonas, municipalidades e entidades da sociedade civil como a Federação das Indústrias do Estado do Amazonas, Câmara do Comércio e fundações e doadores privados como Bradesco, Coca Cola, Gerdau, Votorantim, Fundação Maria Cecília Souto Vidigal;

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em Reais)

- (4) Disseminação de informação e conhecimento gerados pelo projeto para os outros estados, especialmente da região Norte: sensibilização de outros governos, especialmente na região para a importância do DI como política pública através da realização de seminários e publicações, mobilizando entidades públicas e privadas para a promoção do DI.

8. Obrigações trabalhistas

	2014	2013
Provisão de férias	34.814	70.449
INSS sobre provisão de férias	8.877	17.964
FGTS sobre provisão de férias	2.785	5.636
	<u>46.476</u>	<u>94.049</u>

9. Obrigações tributárias

	2014	2013
INSS	13.518	11.844
FGTS	4.592	4.574
ISS	8.977	4.510
PIS sobre Folha	574	572
IR a recolher cod. 0561	7.876	13.297
IR a recolher cod. 1708	537	1.369
Cod. 5952 ret. 4,65% Lei 10833	445	1.874
PIS Ret. Lei 10833 cod 5979	6	5
ISS retido sobre serviços	101	-
	<u>36.626</u>	<u>38.045</u>

10. Contingências

Em 31 de dezembro de 2014 não havia demandas judiciais envolvendo o Instituto.

11. Patrimônio líquido

O Patrimônio Líquido é representado pelo Patrimônio Social acrescido dos superávits e déficits apurados anualmente e destinados à manutenção do seu objeto social, desde a data da constituição do Instituto, além de fundo patrimonial composto pela doação de bens não monetários.

INSTITUTO PARA O DESENVOLVIMENTO DO INVESTIMENTO SOCIAL - IDIS

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em Reais)

12. Receitas de doações

	2014	2013
Doações	2.204.252	2.128.112
	<u>2.204.252</u>	<u>2.128.112</u>

As doações correspondem a recursos captados em dinheiro e/ou serviços destinados ao cumprimento do objeto social do Instituto.

13. Receitas de prestação de serviços

	2014	2013
Prestação de serviços	1.717.421	1.086.405
ISS	(85.871)	(54.320)
	<u>1.631.550</u>	<u>1.032.085</u>

O Instituto realiza trabalhos de divulgação de conhecimentos técnicos relativos à filantropia, os quais são contabilizados como receitas de serviços prestados a investidores sociais, sejam eles incorporações, indivíduos ou famílias que queiram aplicar recursos em projetos ou ações sociais. Esses serviços são prestados por meio de assessoria e apoio técnico, em que o Instituto identifica com o investidor as diversas opções de atuação na área social e orienta a melhor prática para que os recursos disponíveis para ações sociais sejam usados de maneira mais eficiente, além de capacitar e desenvolver recursos humanos de organizações da sociedade civil.

14. Despesas com pessoal

	2014	2013
Salários e ordenados	(476.317)	(401.888)
INSS	(139.978)	(127.799)
FGTS	(43.421)	(39.555)
Férias	(64.034)	(56.537)
13º. Salário	(44.099)	(36.017)
Assistência Médica e Social	(1.789)	(139)
PIS sobre folha de pagamento	(5.784)	(4.711)
Estagiário	(23.800)	(12.360)
Vale Transporte	(4.582)	(2.811)
Vale Refeição	(3.878)	-
	<u>(807.682)</u>	<u>(681.817)</u>

15. Serviços prestados por pessoa jurídica

	2014	2013
Assessoria jurídica	(8.342)	-
Honorários contábeis	(37.900)	(27.711)
Processamento de dados	(49.957)	(23.241)
Prestação de serviços autônomos	(7.872)	(8.580)
Serviços prestados PJ	(1.402.191)	(1.364.166)
	<u>(1.506.262)</u>	<u>(1.423.698)</u>

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2014 e 2013
(Em Reais)

16. Isenções tributárias

Em atendimento a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.409 de 21 de setembro de 2012, demonstramos os efeitos das isenções usufruídas pela Associação no exercício de 2014:

Tributo	2014	2013
Imposto de renda Pessoa Jurídica - IRPJ	334.370	251.213
Contribuição Social s/ Lucro Líquido - CSLL	122.533	92.597
Contribuição Financ. Seguridade Social - COFINS	117.691	96.455
Programa de Integração Social - PIS	19.716	16.187
	594.310	456.452

As premissas para cálculo dos tributos foram o cálculo do imposto de renda e da contribuição social pelo regime de tributação com base no lucro presumido. A COFINS e o PIS foram apuradas pelo regime cumulativo, sendo o segundo demonstrado pela diferença entre o regime cumulativo e o já efetivamente recolhido sobre a folha de pagamento.

17. Instrumentos financeiros

O Instituto opera apenas com instrumentos financeiros não derivativos que incluem contas a receber, outros recebíveis e caixa e equivalentes de caixa, cujos valores são aproximados aos respectivos valores de mercado.

18. Cobertura de seguros (não auditado)

O Instituto adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, em virtude de suas naturezas, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.